



**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E ENERGIA**  
**DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA**  
Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP  
[www.daee.sp.gov.br](http://www.daee.sp.gov.br)

OFÍCIO/DPO nº 808 /2007  
(Autos nº 9800773- DAEE)

São Paulo, 27 de 03 de 2007

Prezado(a) Senhor(a):

De ordem do Senhor Assessor Técnico Chefe, Engenheiro Antonio Malo da Silva Bragança, encaminhamos a Vossa Senhoria, cópia da outorga concedida por este Departamento, na qual encontram-se relacionados os direitos, deveres e obrigações referentes ao(s) uso(s)/interferência(s) nos recursos hídricos de domínio do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos da nossa estima e consideração.

**LEILA DE CARVALHO GOMES**

Resp. pelo exp. da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização

A

**BRASILINVEST EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

Rua Joaquim Teixeira de Toledo, nº 333  
SÃO PEDRO - SP





# SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E ENERGIA

## DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP

Despacho do Superintendente do DAEE de 26 / março /2007.

### “ IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO ”

À vista do Decreto Estadual 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria da Bacia do Médio Tietê, inserto no Autos DAEE nº 9800773, ficam aprovados os estudos apresentados com uso de recursos hídricos superficiais, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de atendimento sanitário, na Avenida Mário Carneiro, s/nº, Distrito de Souza, município de CAMPINAS, requerida pela BRASILINVEST EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	VAZÃO m³/h	PERÍODO	
		N	E			H/D	D/M
Lançamento Superficial	Rio Atibaia	7.471,30	299,41	45	40,23	24	30

I - Esta autorização não confere a seu titular o direito de uso e/ou interferência nos recursos hídricos, tendo validade de até 3 anos da data de sua publicação.

II - Esta autorização, não desobriga o outorgado, a requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e/ou o atendimento a legislação estadual e federal, referente ao controle de poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), e à proteção ambiental (artigo 2º da Lei 4771/65 - Código Florestal), para viabilizar este empreendimento.

  
ANTÔNIO MALO DA SILVA BRAGANÇA  
Assessor Técnico Chefe

Publicado no DOE em 27 / 03 /2007.